

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.119.755 - SP (2017/0142512-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
PROCURADOR : RENATA LANE E OUTRO(S) - SP289214
AGRAVANTE : DIFASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A
ADVOGADOS : ANE ELISA PEREZ - SP138128
CARLOS RENATO LONEL ALVA SANTOS - SP221004
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Difasa Indústria e Comércio S.A** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 541):

Apelação cível. Ação de cobrança. Contrato administrativo. Sentença de parcial procedência. Reforma que se impõe. Contrato cuja execução foi interrompida em 14.7.1995. Prestações cuja insuficiência se alega, todas vencidas antes de setembro de 1995. Suspensão do prazo não demonstrada. Fim do lustro prescricional em setembro de 2000. Ajuizamento apenas em abril de 2008. Prescrição declarada. Processo extinto, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Inversão dos ônus da sucumbência. Honorários fixados em R\$3.000,00 (três mil reais). Reexame necessário acolhido. Recurso voluntário provido.

Opostos embargos infringentes, foram rejeitados (fls. 627/644).

Os embargos declaratórios foram igualmente rejeitados (fls. 669/673).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao arts. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 20.910/32; e 458, 535, I e II, 165 e 131 do CPC/73. Sustenta que: **(I)** não é razoável considerar a ocorrência de prescrição, uma vez que a parte ora agravante comprovou a existência de pleito administrativo dos valores devidos, o qual

Superior Tribunal de Justiça

suspendeu o transcurso do prazo; e (II) o Tribunal de origem foi omissivo ao não sopesar adequadamente as provas dos autos, as quais demonstram a devida realização de pleito administrativo apto a suspender a prescrição, sendo sua análise pormenorizada de grande relevância para a parte.

Contrarrazões às fls. 751/764.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se não ter ocorrido ofensa aos arts. 535, 458, 165 e 131 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento ou interpretação probatória desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Nos termos da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões e provas postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação (**REsp 763.983/RJ**, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJ 28/11/05).

No caso dos autos, o Tribunal *a quo* dirimiu a controvérsia acerca da comprovação da existência de pleito administrativo da seguinte maneira (fl. 546):

Na espécie, proposta a ação apenas em 14 de abril de 2008, após ser instada, a autora trouxe aos autos os documentos de

Superior Tribunal de Justiça

fls. 459/465, datados do período compreendido entre 14 de julho de 1993 e 8 de outubro de 1993 e que pleiteavam administrativamente algumas diferenças de atualização monetária de parcelas do contrato. Todos anteriores à própria interrupção do contrato administrativo. Dado concreto algum há de que tenham esses documentos dado início a qualquer procedimento administrativo tendente à apuração de diferenças e que poderia ensejar a suspensão do prazo prescricional.

Anote-se, por outro lado, que o documento datado de 14 de abril de 2003, endereçado ao Presidente da 3ª CPP, do próprio DER, reconhecendo crédito financeiro de R\$1.572.637,11 em favor da DIFASA, sendo R\$1.361.072,05 a título de correção monetária pelo atraso nos pagamentos (fl. 38), em nada altera essa circunstância. Esse documento, assim como todos os demais apresentados nesta instância (fls. 467/484) são posteriores a 3 de setembro de 2001 e, portanto, foram elaborados fora do quinquênio legal, repise-se, que já havia se encerrado em setembro de 2000.

No julgamento dos embargos de divergência, a Corte de origem assim asseverou (fls. 631/632):

Ao contrário do que alega, a embargante não comprovou que o processo administrativo, para apuração saldo devedor, foi instaurado antes de decorrido o prazo prescricional. Foi esse o motivo que, corretamente, levou ao provimento do recurso do DER.

[...]

Nota-se que o douto voto divergente afasta a prescrição, partindo da premissa de que os documentos apresentados pela embargante indicam que logo após a interrupção do ajuste em 1995, houve pedido administrativo por parte da empresa, não atendido, buscando o DER a redução do crédito reclamado...(fls. 534), mas a embargante não comprovou que esse pedido efetivamente ocorreu dentro do prazo prescricional, de modo que essa premissa não poderia ser considerada ante a ausência de sua comprovação.

Procedimento interno da autarquia tendente a apurar o saldo credor a favor da embargante, sem provocação da parte interessada, não é causa de suspensão do prazo prescricional, nos termos do parágrafo único do art. 4º, do decreto n. 20.910/32, que exige a manifestação expressa do credor.

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, no julgamento de aclaratórios, o entendimento restou assim complementado (fl. 673):

O v.acórdão foi claro ao apontar as razões pelas quais entendeu estar prescrito o direito de cobrar a dívida, justamente porque a empresa não comprovou a instauração do processo administrativo antes de decorrido o prazo prescricional, nos termos do art. 4º, parágrafo único do decreto 20910/32. O voto condutor também apreciou os documentos elencados no douto voto divergente, justificando que tais documentos apenas indicavam haver pedido administrativo, mas não houve comprovação, por parte da empresa de que isso efetivamente tenha acontecido. Observou-se que não há nos autos tal pedido, mas apenas documentos de procedimento interno da autarquia, tendente a apurar eventual saldo credor, providencias que, repita-se, não se confundem com procedimento administrativo provocado pela parte interessada. O próprio voto vencido também reconhece esse fato, mas entende que referida documentação supriria a prova específica da entrada do requerimento do credor (fls. 613), entendimento divergente da maioria da turma julgadora, que não prevaleceu.

Afasta-se, assim, a alegada omissão quanto às teses e provas dos autos tão somente pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido e interpretado o substrato probatório em sentido contrário à pretensão da parte.

Por sua vez, os trechos acima citados também revelam que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem sobre a existência de pleito administrativo apto a suspender o prazo prescricional, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO
REGIMENTAL NO AGRAVO RECURSO EM ESPECIAL.**

Superior Tribunal de Justiça

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ANISTIA. LEI 8.878/1994. PRESCRIÇÃO. ART. 1º DO DECRETO 20.910/32. SUSPENSÃO DURANTE O CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO 20.910/1932. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE ENTENDE PELA INEXISTÊNCIA DE INÉRCIA DA AUTORA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. [...]

3. Tendo o acórdão recorrido decidido que a pretensão autoral não se encontra prescrita, pois "a autora incessantemente pleiteou seu direito à reintegração", afastar tal premissa, a fim de reconhecer a ocorrência de prescrição da pretensão autoral em razão de sua inércia, como pretende a agravante, exige o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado na via estreita do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 498.065/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 5/8/2014, DJe 12/8/2014)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator